



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

PARECER: 122/2017–GP1P

ASSUNTO: EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 37.219/2016-e

EMENTA: 1. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL Nº 35/DGP-PMDF. ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES (CFOPM). DECISÃO Nº 6.255/2016. DILIGÊNCIA À CORPORACÃO. NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL NORMATIVO. OFÍCIO Nº 799/DRS. MANIFESTAÇÃO DA CORPORACÃO. PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 43/DGP-PMDF. RETIFICAÇÃO DO CERTAME. DENÚNCIA E PLEITO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL NORMATIVO FORMULADOS PERANTE O **MPC/DF**. OFÍCIO Nº 45/2016-MF. POSSÍVEL IRREGULARIDADE CONTIDA NOS SUBITENS 3.2.3 E 3.2.5 DO EDITAL. CONTRARIEDADE COM AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO DISTRITAL Nº 29.946/2009. OFÍCIO Nº 24/2017-MF. REQUERIMENTO. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO EDITAL NORMATIVO Nº 35/2016. FLEXIBILIZAÇÃO NO QUE TANGE AO AFASTAMENTO DA LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS DE CADASTRO RESERVA; CORREÇÃO DAS PROVAS DISCURSIVAS DE TODOS OS CANDIDATOS APROVADOS NAS PROVAS OBJETIVAS; POSSIBILIDADE DOS APROVADOS NAS PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVAS PARTICIPAREM DE TODAS AS DEMAIS FASES DO CONCURSO PÚBLICO.

2. INFORMAÇÃO DE 23/5/2017. UNIDADE TÉCNICA CONSIDERA **CUMPRIDA A DILIGÊNCIA** DETERMINADA PELO ITEM II DA DECISÃO Nº 6.255/2016. **IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA** QUANTO À EXIGÊNCIA DE DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR DE DIREITO E IDADE MÁXIMA PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE 35 ANOS. NECESSIDADE DE **NOVA DILIGÊNCIA** À CORPORACÃO. **JUSTIFICATIVAS** PARA A DURAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS FIXADA EM 3 ANOS, CONTRARIANDO AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO § 2º DO ART. 2º DO DECRETO Nº 29.946/2009. SUGERE O **NÃO ACOLHIMENTO** DO PLEITO ORIUNDO DA COMISSÃO EXTRAOFICIAL DO CONCURSO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE NOS COMANDOS DO CERTAME E IMPOSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO FISCALIZATÓRIA DO **TCDF**. PARECER Nº 585/2017-MF. **AQUIESCÊNCIA DO PARQUET** DE CONTAS, **COM ACRÉSCIMOS**, DIANTE DE **NOVAS DENÚNCIAS**. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONVOCAÇÃO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA ESTIPULADO NO CERTAME. ATUAÇÃO APARTADA. PROCESSO Nº 17.212/2017. DECISÃO RESERVADA Nº 43/2017. **IMPROCEDÊNCIA DA EXORDIAL**. SUPOSTA IRREGULARIDADE COMETIDA PELA BANCA EXAMINADORA RESPONSÁVEL PELA CORREÇÃO DAS PROVAS DISCURSIVAS DO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

CONCURSO. NECESSIDADE DE **OUTIVA** DA PMDF, BEM COMO DA ENTIDADE ORGANIZADORA DO CERTAME. **MEMORANDO Nº 158/2017 – OUVIDORIA TCDF. RECLAMAÇÃO.** INSURGÊNCIA DE CANDIDATO DO CONCURSO CONTRA A APLICAÇÃO DE TESTE (AVALIAÇÃO) DE NATAÇÃO, DE CARÁTER ELIMINATÓRIO. SUPOSTA CONTRARIEDADE ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA PORTARIA-PMDF Nº 953/2015.

3. INFORMAÇÃO TÉCNICA DE 19/9/2017. **REITERAÇÃO** DA INSTRUÇÃO ELABORADA EM 23/5/2017, **COM ACRÉSCIMOS. IMPROCEDÊNCIA** DA DENÚNCIA NARRADA À OUVIDORIA DO **TCDF**. NECESSIDADE DE **MANIFESTAÇÃO** DA PMDF ACERCA DO TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS E ACERCA DOS FATOS NARRADOS NA DENÚNCIA SOBRE SUPOSTA IRREGULARIDADE COMETIDA PELA BANCA EXAMINADORA RESPONSÁVEL PELA CORREÇÃO DAS PROVAS DISCURSIVAS DO CONCURSO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE REVISÃO EM FACE DA DECISÃO Nº 6.255/2016. DESPACHO SINGULAR Nº 324/2017-GCMA. REINSTRUÇÃO DO FEITO.

4. INFORMAÇÃO Nº 187/2017-GAB/SEFIPE. PELO **NÃO CONHECIMENTO** DO PEDIDO DE REVISÃO, SEM PREJUÍZO DA DELIBERAÇÃO ACERCA DA LIMINAR SUSCITADA. **DECISÃO Nº 4.863/2017.** NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISÃO. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO PREVISTO NO INCISO II DO ART. 36 DA LC Nº 1/1994 E NO INCISO II DO ART. 288 DO RI/TCDF. PREJUDICADA A MEDIDA LIMINAR SUSCITADA NA PEÇA RECURSAL. DESPACHO SINGULAR Nº 347/2017 – GCMA. REMESSA DOS AUTOS PARA MANIFESTAÇÃO DO **PARQUET** DE CONTAS, TENDO EM VISTA A INFORMAÇÃO ELABORADA EM 19/9/2017.

5. PARECER **PARCIALMENTE CONVERGENTE** DO **MPC/DF, COM ACRÉSCIMO. IMPROCEDÊNCIA** DA DENÚNCIA. NECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS À PMDF. **PROCESSO Nº 33.846/2017. REPRESENTAÇÃO Nº 8/2017-ML.** DENÚNCIA. INSURGÊNCIA CONTRA A **CLÁUSULA DE BARREIRA** CONTIDA NOS SUBITENS 19.1.1, 19.4 E 1.2.1 DO EDITAL Nº 35/DGP-PMDF. DECISÃO Nº 4.998/2017. DETERMINAÇÃO À PMDF. APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS A RESPEITO DA DEFINIÇÃO DO QUANTITATIVO DE CANDIDATOS QUE VÃO COMPOR O CADASTRO RESERVA NO CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CFOPM. DETERMINAÇÃO PARA QUE A PMDF SE ABSTENHA DE DIVULGAR O RESULTADO FINAL DO CONCURSO ATÉ ULTERIOR DECISÃO DE MÉRITO NO PROCESSO Nº 33.846/2017.

1. Tratam os autos do exame formal do Edital nº 35/DGP-PMDF (e-DOC 7EE243CD-e), do concurso público de admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal (CFOPM), o qual, por força da r. Decisão nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

6.255/2016 (e-DOC C63F4A9A-e), fora retificado pelo Edital nº 43 - PMDF (e-DOC 392FBBA2-c).

2. A propósito, os termos do r. **Decisum** nº 6.255/2016, **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Edital nº 35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 18.11.16, republicado no DODF de 28.11.16, que regula o concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como do ato autorizativo do então Conselho de Política de Recursos Humanos, devidamente homologado pelo Governador do Distrito Federal, para a realização do referido certame, publicado no DODF de 21.10.13; b) do Ofício nº 043/2016-MF, de 05.12.16; II – determinar diligência à Polícia Militar do Distrito Federal, para que, no prazo de 10 (dez) dias, retifique o Edital nº 35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 18.11.16, republicado no DODF de 28.11.16, para: a) alterar o subitem 11.30 que foi grafado incorretamente como 11.29; b) alterar a redação do subitem 24.7, a fim de adequá-la à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de repercussão geral - RE nº 837311, no sentido de que o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas previsto do edital; c) na tabela constante do subitem 15.3, excluir a alínea ‘D’, tendo em conta que a sua inclusão vai de encontro ao princípio constitucional da igualdade, efetuando as modificações quanto a recálculos de pontuação e outras em subitens pertinentes, em virtude da referida alteração; III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para o acompanhamento do concurso.”

3. Nesse aspecto, o Corpo Instrutivo informou, na Peça técnica elaborada em 23/5/2017 (e-DOC F474F7D5-e), que, por meio do Ofício nº 799/DRS (e-DOC 392FBBA2-c), foi juntada aos autos eletronicamente cópia do Edital nº 43 – DGP/PMDF, o qual retificou o edital normativo objeto do presente feito nos seguintes pontos:

“1) Exclusão integral da alínea D do subitem 15.3, alterando a distribuição dos pontos do QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A PROVA DE TÍTULOS, bem como do subitem 15.11.3, com anulação da alteração ao Edital Normativo feita no item 12 do Edital nº 38/DGP PMDF, de 8/12/2016; 2) Alteração da redação do subitem 24.7 do edital, que passou a ter a seguinte redação: ‘A aprovação do candidato que for classificado fora do número de vagas não assegura o direito de inclusão na PMDF nem de matrícula no CFOPM’ ”.

4. Ademais, aduziu que a alteração do subitem 11.30, que fora grafado incorretamente como 11.29 no edital normativo, foi atendida pelo item 3 do Edital nº 38 – PMDF, de 8/12/2016.

5. Desse modo, entendeu por considerar **atendida a diligência** determinada pelo item II da r. Decisão nº 6.255/2016.

6. Ainda na mesma instrução técnica, a Divisão de Atos de Admissões examinou denúncia e requerimento formulados perante o **MPC/DF** e levados ao conhecimento do em.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Cons. **Manoel de Andrade**, Relator do feito, por meio dos Ofícios nºs 45/2016-MF (e-DOC e-DOC 03F5E10B-e) e 24/2017-MF (e-DOC DF8BA583-e), respectivamente.

7. A propósito, relembro que a denúncia versou acerca de possíveis irregularidades contidas nos subitens 3.2.3 e 3.2.5 do Edital, concernentes a contrariedade das disposições do Decreto distrital nº 29.946/2009¹, especificamente quanto às exigências de apresentação de diploma, devidamente registrado, de conclusão de ensino superior e de idade máxima para matrícula no curso de formação de oficiais de 30 anos e, ainda, no que respeita ao tempo de duração do CFOPM, fixado em 3 anos.

8. Por sua vez, o requerimento formulado por comissão extraoficial do concurso em exame, postulou a alteração do Edital nº 35/DGP-PMDF visando ao **afastamento da limitação do número de vagas de cadastro reserva, correção das provas discursivas de todos os candidatos aprovados nas provas objetivas, além da possibilidade de os aprovados nas provas objetivas e discursivas participarem de todas as demais fases do concurso público**.

9. Nesse diapasão, no tocante à denúncia, a percuente Área Técnica ao tempo em que pugnou pela sua **improcedência** em relação a eventual irregularidade quanto à exigência de escolaridade e de idade máxima para ingresso no CFOPM, entendeu necessária nova **diligência** à PMDF para que, desta feita, a Corporação apresentasse justificativas para a duração do CFOPM fixada em 3 anos no certame, em aparente contrariedade ao que dispõe o § 2º do art. 2º do Decreto distrital nº 29.946/2009, que prevê a duração de **2 anos**.

10. Prosseguindo, opinou pelo **não acolhimento** do pleito advindo da comissão extraoficial do concurso, *“tendo em vista a inexistência de ilegalidade em tais comandos e a impossibilidade de intervenção fiscalizatória do TCDF para alterar tais dispositivos fundamentados em atos discricionários razoáveis e proporcionais,”* (Item 28 da Informação).

11. À época, o **MPC/DF**, por meio do Parecer nº 585/2017-MF (e-DOC 9FE198B2-e), de lavra da i. Procuradora **Marcia Farias**, **convergiu** com as conclusões alvitadas pela Unidade Técnica, propondo **acréscimos**, diante de novas denúncias.

12. Nesse sentido, o Órgão Ministerial fez o registro de duas outras denúncias alusivas ao concurso destinado à admissão ao CFOPM deflagrado pela PMDF.

13. Nesse diapasão, discorreu que a primeira queixa, autuada no Processo nº 17.212/2017-e, em face de medida cautelar requerida pelo denunciante com vistas a suspender a aplicação da etapa de testes de aptidão física, foi considerada **improcedente**, a teor da r. Decisão Reservada nº 43/2017 proferida naqueles autos.

14. Por outro lado, consignou que a segunda denúncia, objeto do Procedimento Interno nº 62/2017-MPC/DF, trouxe ao conhecimento relato de cidadão acerca de suposta

¹ Dispõe sobre as normas para a matrícula nos estabelecimentos de ensino da Polícia Militar.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

irregularidade cometida pela banca examinadora responsável pela correção das provas discursivas do concurso em referência.

15. Pela relevância dos fatos narrados na exordial, vale a transcrição de excertos do Parecer nº 585/2017 – MF, conforme a seguir:

“35. Questiona-se o fato de a representada (nominalmente identificada pelo autor) ter iniciado a prova discursiva pelo verso da folha de texto definitivo correspondente, a partir da linha 25 (vinte e cinco), e concluído na linha 6 (seis) do anverso, o que configuraria, segundo o denunciante, ‘marcação de prova’ e inserção de ‘texto em local indevido’, ocorrências que afrontariam ao menos duas normas do edital normativo elencadas pelo denunciante, a saber:

‘10.9 O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de fuga ao tema, de haver texto com quantidade inferior a 20 (vinte) linhas, de não haver texto ou de identificação em local indevido.’

‘10.14 Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.’ (trechos grifados pelo denunciante).

36. O Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES, entidade executora do concurso, ao ser notificado extraoficialmente pelo autor da presente denúncia, objetivando que fosse reavaliada a prova discursiva da aludida candidata, respondera nos seguintes termos:

[...]

- Realmente houve, na etapa de provas discursivas, a ocorrência de um(a) candidato(a) que inverteu a ordem das páginas, começando o texto pela página posterior e concluindo-o na página anterior;

- A correção de todas as provas discursivas foi feita de forma isonômica e com base no padrão de resposta da prova discursiva e de acordo com as orientações contidas no Edital Normativo;

- O subitem 10.9 do Edital Normativo prevê que: ‘O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de fuga ao tema, de haver texto com quantidade inferior a 20 (vinte) linhas, de não haver texto ou de identificação em local indevido.’;

- O caso indicado não está previsto no subitem acima e a Banca Examinadora, que é soberana nas decisões de correção de prova, adotou o princípio jurídico da razoabilidade, e decidiu por manter o texto escrito pelo(a) candidato(a);

- A Banca Examinadora (equipe pedagógica que faz a correção das provas) não tem informações sobre a identificação dos candidatos, há apenas uma identificação numérica e com código de barras. Isto impossibilita aos avaliadores da Coordenação Pedagógica conhecerem o autor do texto.

- O IADES não comenta acerca de correção das provas dos candidatos e das notas atribuídas. Todas as informações são divulgadas por intermédio dos editais publicados no Diário Oficial do Distrito Federal e comunicados publicados na página do concurso público. Também, não conhecemos informações acerca de candidatos, além das fornecidas do formulário de inscrição.’ (g.n.).

37. Pois bem. É cediço que os concursos públicos são regidos pelos editais reguladores, isto é, o instrumento por meio do qual o Poder Público lança ao conhecimento de todos as regras que nortearão o processo de seleção e os requisitos necessários para que



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

cada candidato possa, após a aprovação, ocupar o cargo ou o emprego público. Trata-se, portanto, de norma que traz um conteúdo obrigacional a todos que tenham interesse em participar do certame. Nas lições de Hely Lopes Meirelles, as normas contidas no edital, 'desde que conformes com a Constituição Federal e a lei, obrigam tanto candidatos como a Administração'.

38. Sendo assim, as normas especificadas no edital devem ser cumpridas por todos os partícipes do certame: candidatos e Poder Público. Não se trata, portanto, de uma faculdade, mas sim de uma obrigação imposta não só àquele que pretende ingressar em cargo efetivo ou emprego público, mas também àquele que do concurso se vale para promover a contratação dos novos integrantes de seus quadros, decorrendo deste postulado o princípio da vinculação ao edital.

39. Nesse diapasão, no caso vertente, vislumbra-se possível afronta ao supramencionado princípio, notadamente, quanto ao previsto no subitem 10.5 do instrumento convocatório, in verbis:

*'10.5 – A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada ou rubricada, **nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique**, sob pena de anulação da prova discursiva do candidato. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova do candidato' (g.n.).*

40. De ver que, segundo a denúncia, a candidata a que se refere teria cometido 'marcação de prova', além de inserir texto em local inapropriado, ao inverter sua redação na folha de texto definitivo, iniciando pelo verso e finalizando na parte frontal desse documento, condutas que, objetivamente, embora vedadas pelo edital normativo (ex vi dos subitens 10.5 e 10.14), não foram assim interpretadas pela Banca Examinadora do IADES, tanto que nenhuma penalização pelo 'suposto equívoco' parece ter sofrido a candidata.

41. Ao sentir deste órgão ministerial, em sede de cognição sumária, a situação específica acima descrita, tal como se apresenta, afronta a legalidade, a isonomia e a vinculação ao instrumento convocatório, bem como compromete a lisura do concurso em tela. Não se trata, aqui, de discricionariedade da administração pública, eis que, comprovada a denúncia, haveria patente nulidade em prova que inverte a ordem de redação, permitindo ao candidato destacar-se, identificar-se, em relação a todos os demais.

42. Conforme a resposta do IADES, acima transcrita, 'realmente houve, na etapa de provas discursivas, a ocorrência de um(a) candidato(a) que inverteu a ordem das páginas, começando o texto pela página posterior e concluindo-o na página anterior'.

43. Desse modo, carece seja a hipótese submetida ao crivo desta e. Corte de Contas, com vistas a apurar se o fato apontado configura nulidade, o que atrairia a competência do controle externo, desfigurando-se a mera discricionariedade administrativa.

44. Para tanto, à luz do contraditório, impõe-se prévia oitiva da PMDF, bem como do IADES, entidade organizadora do certame, para apresentação de esclarecimentos necessários ao deslinde da questão." (Grifos no original).

16. Nesse contexto, a Primeira Procuradoria sugeriu ao e. **Plenário** o conhecimento da denúncia, bem como que fosse determinado à PMDF que se manifestasse a respeito dos seus termos, instando o IADES a também assim proceder.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

17. Ato contínuo, a Divisão de Atos de Admissões elaborou a Informação de 19/9/2017 (e-DOC EEFA58FC-e), por meio da qual, além de ratificar os termos contidos na instrução técnica de 23/5/2017, anuiu com a sugestão do **Parquet** de Contas, considerando necessária a manifestação da PMDF, bem como do IADES, acerca dos fatos narrados na denúncia objeto do PI nº 62/2017 (e-DOC 55F85960-e).

18. Ademais, produziu o exame de outra denúncia de candidato participante do concurso do Edital nº 35/DGP-PMDF, desta feita, dirigida à Ouvidoria do c. **Tribunal**², acerca de possível irregularidade na exigência do teste de natação, como um dos exercícios que compõem o TAF.

19. A respeito, a Unidade Técnica discorreu que:

“21. Em apertada síntese, segundo o denunciante, a exigência do teste de natação estaria em desacordo com a Portaria PMDF n.º 953, de 28 Janeiro de 2015, que regulamentaria a matéria.

22. Assim, não haveria qualquer previsão legal para a exigência do teste de natação, de forma que não poderia o edital normativo fazer tal previsão, notadamente em face de que esse teste não guardaria pertinência com as funções do futuro Oficial Policial Militar.

23. Ademais, faz o denunciante comparação com a Polícia Militar do Estado de Goiás, cuja respectiva portaria (Portaria n.º 42/2008 – PM/1, Peça 38), que estabelece normas para o teste de avaliação física, exige o teste de natação como um dos exercícios componentes do TAF, o que, segundo ele não ocorre na portaria da PMDF já citada.

24. Complementa o denunciante que há precedente desta Casa de que o edital não poderia exigir o que a lei assim não o faz, como teria ocorrido no Processo n.º 11053/2008.

25. Em vista disso, requer o denunciante que esta Corte declare nulo o teste de natação do certame em epígrafe, mantendo-se os demais exercícios, por constarem da Portaria PMDF n.º 953, de 28 Janeiro de 2015.

26. A nosso ver, não assiste razão ao denunciante e, assim, seu pleito não merece acolhimento. Vejamos.

27. Convém ressaltar inicialmente que o subitem 1.6.1 facultava a impugnação do edital normativo em comento, bem como de suas retificações, por qualquer cidadão. Assim, em nosso entender, esse seria o momento oportuno para o denunciante ter impugnado o teste em evidência. No endereço eletrônico do IADES consta comunicado informando que as razões do deferimento/indeferimento dos pedidos de impugnação estariam disponíveis para conhecimento na central de atendimento da instituição. Assim, se o denunciante fez tal impugnação, decerto o pleito restou indeferido.

28. Convém esclarecer ainda que o resultado preliminar da etapa de Testes de Aptidão Física foi divulgado pelo Edital n.º 26/DGP – PMDF, publicado no DODF de 23/06/2017, conforme consulta ao endereço eletrônico do IADES, sendo que somente após ter sido considerado inapto o denunciante recorreu a esta Corte.

29. Ainda que se desconsidere o período de impugnação mencionado, os demais argumentos constantes da denúncia não merecem melhor sorte. Explicamos.

30. Diferentemente do arguido pelo denunciante, a Portaria PMDF n.º 953, de 28 Janeiro de 2015 (Peça 40), não se aplica aos concursos públicos para ingresso na

² e-DOCs 6AECAFDC-e, D8A129C6-e, D26F9C78-e, 60221*62-e, 0E19986B-e, C7787C16-e.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

*Corporação, mas sim serve para verificar a aptidão física dos **militares da ativa da PMDF**, conforme a finalidade do normativo constante de seu item 1, in litteris*

'1. FINALIDADE:

Todas as atividades aqui previstas foram calcadas em princípios técnico-científicos e traz uma série de recomendações, com a finalidade de preservar a saúde do policial militar e permitir atingir padrões de desempenho físico compatíveis com a operacionalidade funcional desejada.

O Teste de Aptidão Física (TAF) tem duas finalidades específicas:

- a) **Verificar a aptidão física dos policiais militares da ativa;** e*
- b) **Verificar a aptidão física dos policiais militares para ingresso em Quadros de Acesso para promoções.***

31. Assim, em que pese o teste de natação do certame em epígrafe não faça parte dos exercícios constantes da referida portaria, não há se falar em contrariedade à referida norma, pois conforme exposto, tal regulamento não se aplica ao concurso em comento. De se evidenciar, portanto, que a comparação feita pelo denunciante entre a Portaria PMDF n.º 953, de 28 Janeiro de 2015, e a Portaria n.º 42/2008 – PM/1, da PMGO (que contempla o teste de natação), não se relaciona ao caso, pois, de fato, essa portaria se aplica aos concursos públicos para ingresso na Corporação do Goiás, conforme estabelece seu preâmbulo.

*32. Dessa forma, **havendo previsão legal de exigência de capacidade física para a matrícula nos cursos de formação da PMDF, contida no art. 11 da Lei n.º 7289/1984 (Estatuto da PMDF) e considerando a inaplicabilidade da portaria PMDF citada ao certame em comento, pode o edital normativo elencar os testes necessários a se aferir tal capacidade, desde que calcados dentro da razoabilidade e da proporcionalidade, o que, a nosso ver, ocorre na espécie.***

*33. Portanto, **cabe à Corporação, balizada na conveniência e oportunidade, a escolha dos exercícios que integrarão o TAF**, valendo destacar que, a rigor, nenhum deles, e não somente o teste de natação (conforme aduzido pelo denunciante), guarda pertinência direta com as funções a serem exercidas pelo futuro Oficial do QOPM, mas sim servem para **aferir a capacidade física do candidato para a vida na caserna.***

34. No que tange ao precedente citado pelo denunciante (Processo n.º 11053/2008) também não lhe socorre. Naqueles autos, conforme transcrição contida no parágrafo 6º, discutiu-se a possibilidade da graduação em Direito ser exigida como requisito de escolaridade mediante decreto (o de n.º 29946/2009), tendo esta Corte, bem como o Poder Judiciário local, firmado entendimento de a referida norma extrapolou do poder regulamentar conferido ao chefe do Poder Executivo, pois o art. 11 da Lei n.º 7289/1984 não exige curso superior de forma específica, mas tão-somente diploma de conclusão de ensino superior (genérica). Na ocasião, o edital normativo daquele certame apenas repetiu o comando do decreto considerado ilegal. Assim, o problema não estava no edital, mas sim na norma tida como amparo (Decreto n.º 29946/2009)

*35. Por outro lado, a situação aqui tratada é diferente. **A lei n.º 7289/1984 exige capacidade física dos candidatos para ingresso nos cursos de formação da PMDF e o edital, com fundamento no referido diploma, apenas elencou os testes a serem realizados para que tal requisito fosse aferido.***

*36. Nesse contexto, **somos pela improcedência da denúncia em comento e consequente indeferimento do pleito nela contido.***” (Grifos acrescidos e no original).

20. Nesse ínterim, por intermédio do Memorando nº 190/2017 (e-DOC CD1B010F-e), a Ouvidoria do c. **Tribunal** encaminhou ao Gabinete do em. Cons. **Manoel de Andrade** nova demanda dirigida àquela Unidade, desta feita, Recurso de Revisão, com pedido de liminar,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

interposto por Ricardo Ziegler Paes Leme, Cristiane Maria Dieter e Claudeci Gomes Marinho, visando “a anulação do subitem ‘c’ do item II da Decisão nº 6.255/2016, conforme precedente do STF (ADI nº 3830/RS – STF, ante a supremacia do interesse público”. (Item III do e-DOC E96C2220-c).

21. Após manifestação da Unidade Técnica e do **Parquet** de Contas acerca da admissibilidade do apelo, respectivamente, por meio da Informação nº 187/2017 – GAB/SEFIPE (e-DOC EBE149FD-e) e mediante parecer verbal apresentado na Sessão Ordinária nº 4.991, de 5/10/2017, a e. **Corte de Contas** decidiu pelo **não conhecimento** do Recurso de Revisão, nos termos da r. Decisão nº 4.863/2017 (e-DOC D46B544A-e), **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do expediente encaminhado pela Ouvidoria (e-doc CD1B010F-e); II - não conhecer do recurso de revisão interposto por Ricardo Ziegler Paes Leme, Cristiane Maria Dieter e Claudeci Gomes Marinho, uma vez que não preenche o requisito previsto no inciso II do art. 36 da Lei Complementar nº 1/1994 e no inciso II do art. 288 do Regimento Interno do TCDF, específico dessa espécie de recurso; III – em consequência do item anterior, ter por prejudicada a medida liminar suscitada na peça recursal; IV - dar ciência desta decisão aos interessados; V – determinar à Sefipe que, em autos apartados, realize estudos especiais acerca da possibilidade ou não de constar em editais de concurso regra estipulando a atribuição de pontos para ‘experiência’, nos termos da alínea ‘d’ da tabela constante do item 15.3 do Edital nº 35/DGP – PMDF, existente antes da retificação exigida pelo TCDF; VI - autorizar a devolução dos autos à Sefipe, para a adoção das providências de praxe. O Conselheiro MÁRCIO MICHEL deixou de atuar nos autos em conformidade com o art. 153, §1º, do RI/TCDF.” (Grifos acrescidos).

22. Superada essa questão, em cumprimento ao r. Despacho Singular nº 347/2017 – GCMA (e-DOC E0F0D64E-e), os autos foram encaminhados a este Órgão Ministerial de Contas para a devida manifestação.

23. Volvendo os autos a esta Primeira Procuradoria, passo à análise do presente feito, informando, preliminarmente, que atuo no presente processo em substituição, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na r. Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

24. Com efeito, importa destacar que, neste momento, o exame do **Parquet** especializado cingir-se-á ao mérito da denúncia formulada por candidato participante do concurso público regulado pelo Edital nº 35/DGP-PMDF, juntada aos presentes autos por meio do Memorando nº 158/2017 – OUVIDORIA (e-DOC 6AECADFDC-e), devidamente analisada pelo cuidadoso Corpo Técnico, em acréscimo, na Informação elaborada em 19/9/2017 (e-DOC EEFA58FC-e), cujos principais excertos foram transcritos no parágrafo 19 deste Parecer.

25. Nesse diapasão, as sugestões lançadas naquela instrução, são as seguintes:

“I – tomar conhecimento:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

- a) do Ofício n.º 799/DRS (Peça 14), encaminhado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão n.º 6255/2016,*
 - b) do Ofício n.ºs 045/2016 – MF (Peça 12);*
 - c) do Ofício n.º 024/2017 – MF (Peça 16), indeferindo o pleito contido na peça anexada (Peça 17) ao referido expediente, por insubsistência dos próprios fundamentos;*
 - d) da denúncia (Peça 26), recebida pelo Ministério Público junto a esta Corte, anexada ao Parecer n.º 585/2017 – MF;*
 - e) do Memorando n.º 158/2017 – OUVIDORIA e respectivos anexos (Peças n.º 33 a 38, considerando improcedente a denúncia neles narradas e consequentemente indeferir o pleito nela contida;*
 - f) da Portaria PMDF n. 953, de 28 de janeiro de 2015 (Peça 40);*
- II – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias:*
- a) apresente as justificativas pela contrariedade do previsto no subitem 22.3 do Edital n.º 35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 18.11.2016, com o que estabelece o §2º do art. 2º do Decreto DF n.º 29946/2009, no que tange ao tempo de duração do Curso de Formação de Oficiais da PMDF;*
 - b) manifeste-se acerca do teor da denúncia de que trata o item I, ‘d’, acima, instando o IADES a também assim proceder, no que tange ao fato de a candidata ali nominalmente citada, ao participar da prova subjetiva do certame, ter invertido o texto de sua redação na folha definitiva da prova, iniciando pelo verso (na linha 25) e finalizando no anverso desse documento (na linha 6), o que a Banca Examinadora considerou regular, embora, a priori, possa configurar marca identificadora, contrariando o previsto nos subitens 10.5 e 10.14 do edital normativo;*
- III – autorizar seja encaminhada à PMDF cópia da documentação relativa à sobredita denúncia, como forma de lhe subsidiar a resposta requerida;*
- IV – dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida aos interessados signatários dos expedientes citados;*
- V – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.” (Grifos no original).*

26. A propósito, este **MPC/DF** destaca sua **comunhão parcial** com o quanto exposto pela zelosa Unidade Técnica na mencionada Informação (e-DOC EEFA58FC-e) e, por conseguinte, com as sugestões ali alvitradas. Explico.

27. De proêmio, relembro que, ratificando os termos da instrução técnica produzida em 23/5/2017, a Divisão de Atos de Admissões, em convergência com este Órgão Ministerial, entendeu por **atendida a diligência** determinada pelo item II da r. Decisão n.º 6.255/2016, ao tempo em que considerou que **não merecem prosperar os argumentos trazidos na denúncia apresentada ao Parquet de Contas, em relação a eventual irregularidade no Edital n.º 35/DGP-PMDF quanto à exigência de escolaridade e de idade mínima para ingresso no CFOPM.**

28. De outro modo, considerou necessária a **oitiva** da PMDF para que apresente justificativas visando ao esclarecimento da aparente contrariedade do certame no que toca à duração do CFO com as disposições contidas no § 2º do art. 2º do Decreto distrital n.º 29.946/2009.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

29. Prosseguindo, pugnou pelo **não acolhimento** do pleito advindo de comissão extraoficial do concurso do Edital nº 35/DGP-PMDF, formulado perante o **MPC/DF**, com o intento de se verificar a possibilidade de **flexibilização do referido edital** no que tange ao afastamento da limitação do número de vagas de cadastro reserva; correção das provas discursivas de todos os candidatos aprovados nas provas objetivas; e a dos aprovados nas provas objetivas e discursivas participarem de todas as demais fases do concurso público.

30. A esse respeito, destaco que tramita nesta c. **Casa de Contas** o Processo nº 33.846/2017, autuado para abrigar a Representação nº 8/2017-ML, formulada em razão de denúncias dirigidas ao Órgão Ministerial de Contas acerca de possível ofensa ao interesse público derivada de **norma restritiva** estabelecida no Edital nº 35/DGP-PMDF.

31. **In casu**, a irresignação apresentada busca impugnar a **cláusula de barreira** estabelecida no **item 19.1.1** do instrumento convocatório em comento, com natural reflexo sobre o item **19.4**.

32. Oportuno destacar que o e. **Tribunal**, por meio do r. **Decisum** nº 4.998/2017 exarado naqueles autos, ao tomar conhecimento da exordial, determinou à PMDF que, *“no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe pertinentes justificativas a respeito da definição do quantitativo de candidatos que vão compor o cadastro de reserva no concurso público para admissão ao curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), regulado pelo Edital nº 35/DGP-PMDF (item 1.2), tendo em vista o largo período necessário para o ingresso dos candidatos no oficialato, bem como o que dispõe o artigo 11 do Decreto federal nº 6.944/09;”* (e-DOC 9816B41E-e do Processo nº 33.846/2017-e).

33. Com efeito, nesse aspecto, haja vista a deliberação plenária, no sentir deste Representante Ministerial, **a medida mais adequada é que o deslinde da questão se dê nos autos de nº 33.846/2017**.

34. Assim sendo, entendo razoável e prudente que o c. **TCDF determine à PMDF que se abstenha de divulgar o resultado final do concurso até ulterior deliberação plenária, de modo definitivo, no Processo nº 33.846/2017, o qual abriga a Representação nº 8/2017-ML**.

35. Finalmente, conforme destacado em linhas volvidas neste Opinativo, o Corpo Instrutivo, por meio da Informação produzida em 19/9/2017, adentrou na análise de novas denúncias alusivas ao Edital nº 35/DGP-PMDF.

36. Nesse contexto, de um lado, em razão da manifestação dirigida ao **Parquet** especializado, objeto do PI nº 62/2017 (e-DOC 55F85960-e), acerca de possíveis irregularidades cometidas pela banca examinadora responsável pela correção das provas discursivas do concurso em comento, **anuiu** com as proposições consignadas no **Parecer nº 585/2017-MF**, pugnando pela **manifestação da PMDF e do IADES** acerca dos fatos narrados pelo denunciante. Tal proposição também conta com a aquiescência ministerial nesta fase processual.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

37. Ainda, à vista da insurgência de candidato concorrente ao certame direcionada à Ouvidoria desta c. **Corte de Contas** acerca de possível irregularidade na exigência da natação como um dos exercícios que compõem os testes de aptidão física estabelecidos no certame, em fundamentado exame, entendeu pela **improcedência** da denúncia e, conseqüentemente, pelo **indeferimento** do pleito nela contido.

38. Assiste razão à Unidade Técnica, eis que os argumentos trazidos pelo denunciante não encontram guarida para suportar o requerimento feito na denúncia, para que se declare nulo o teste de natação, ao fundamento de que tal exercício estaria em desacordo com a Portaria PMDF nº 953/2015.

39. Ademais, tal qual destacado na instrução técnica, a mencionada Portaria nº 953/2015-PMDF, que aprova as regras para o Teste de Aptidão Física - TAF na Corporação (e-DOC F93112A7-e), cuida da definição de testes a serem aplicados nos **militares da ativa da PMDF**.

40. Por outro lado, há previsão legal de exigência de **capacidade física** para a matrícula nos cursos de formação da PMDF, a teor do que dispõe o art. 11 do Estatuto dos Policiais Militares da PMDF, Lei nº 7.289/1984.

41. Nesse contexto, cabe à Corporação, observadas a conveniência e oportunidade, a escolha dos exames que serão necessários para aferir tal capacidade, na forma que ocorreu no certame em questão.

42. Por essa razão, em **convergência** com a Unidade Técnica, este **MPC/DF** pugna pela **improcedência** da denúncia e pelo **indeferimento** do pleito nela contido.

43. Ante o exposto, este Representante do **Parquet** especializado, com as considerações acima, **converge parcialmente** com as conclusões e sugestões emanadas da percuciente Unidade Técnica, especificadas na Informação elaborada em 19/9/2017 e pugna para que o e. **Plenário**:

I – tome conhecimento:

- a) do Ofício nº 799/DRS (Peça 14), encaminhado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da r. Decisão nº 6.255/2016;
- b) do Ofício nº 45/2016-MF (Peça 12);
- c) do Ofício nº 24/2017-MF (Peça 16);
- d) da denúncia (Peça 26), recebida pelo **MPC/DF**, anexada ao Parecer nº 585/2017-MF;
- e) do Memorando nº 158/2017 – OUVIDORIA e respectivos anexos (Peças nºs 33 a 38, considerando **improcedente** a denúncia neles narrada e conseqüentemente indeferir o pleito nela contida);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

f) da Portaria PMDF nº 953/2015 (Peça 40);

g) das Informações elaboradas pelo Corpo Técnico e do presente Parecer;

II – determine à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF que, no prazo de 10 (dez) dias:

a) apresente as justificativas pela contrariedade do previsto no subitem 22.3 do Edital nº 35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 18/11/2016, com o que estabelece o § 2º do art. 2º do Decreto distrital n.º 29.946/2009, no que tange ao tempo de duração do Curso de Formação de Oficiais da PMDF;

b) manifeste-se acerca do teor da denúncia de que trata o item I, **d**, acima, instando o IADES a também assim proceder, no que tange ao fato de a candidata ali nominalmente citada, ao participar da prova subjetiva do certame, ter invertido o texto de sua redação na folha definitiva da prova, iniciando pelo verso (na linha 25) e finalizando no anverso desse documento (na linha 6), o que a Banca Examinadora considerou regular, embora, **a priori**, possa configurar marca identificadora, contrariando o previsto nos subitens 10.5 e 10.14 do edital normativo;

III – considerando a matéria abordada na Representação nº 8/2017-ML, deixe de examinar nos presentes autos o tema relacionado à cláusula de barreira prevista nos itens 1.2.1, 19.1.1 e 19.4 do Edital nº 35/DGP – PMDF e contida no Ofício nº 24/2017-MF, uma vez que a **vexata quaestio** será apreciada no Processo nº 33.846/2017;

IV – como consequência, **determine à PMDF que se abstenha de divulgar o resultado definitivo do certame até ulterior deliberação de mérito no Processo nº 33.846/2017;**

V – autorize seja encaminhada à PMDF cópia da documentação relativa à denúncia mencionada no item II.**b**, como forma de lhe subsidiar a resposta requerida;

VI – dê conhecimento da Informação técnica, do Parecer nº 122/2017-GP1P e da r. Decisão que vier a ser proferida aos interessados signatários dos expedientes citados;

VII – autorize o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

É o Parecer.

Brasília, 21 de novembro de 2017.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador Substituto